

Submetido 23/04/2025. Aprovado 21/07/2025

Avaliação: revisão duplo-anônimo

Censura de livros: entre a formação, o silenciamento e o controle ao longo da história

CENSORSHIP OF BOOKS: BETWEEN FORMATION, SILENCE AND CONTROL THROUGHOUT HISTORY

CENSURA DE LIBROS: ENTRE LA FORMACIÓN, EL SILENCIAMIENTO Y EL CONTROL A LO LARGO DE LA HISTORIA

Sarah Batista da Silva Rigonatto

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

sarahbatista30@gmail.com

Luana Alves Luterman

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

luana.luterman@ueg.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o papel da leitura na produção de subjetividades e nas relações socioculturais ao longo da história, considerando tanto sua função formadora quanto os mecanismos de controle e silenciamento. A fundamentação teórico-metodológica concentra-se na arqueogenealogia de Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso* (1971) e *Arqueologia do saber* (2005). Complementarmente, destaca-se a obra intitulada *As formas do silêncio* (1995), de Eni Orlandi. O corpus de pesquisa é composto pelo livro literário *O avesso da pele* (2021), de Jeferson Tenório, cuja análise propicia uma discussão sobre alguns temas sensíveis e polêmicos abordados em seu romance. Os procedimentos metodológicos são fundamentados em uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Os resultados do estudo apontam para a necessidade de implementação de políticas públicas de incentivo à leitura que sejam mais democráticas, reflexivas e críticas, aliadas à pesquisa e com apoio das instituições, escola, família e Estado. Essas ações visam promover maior acesso à leitura e aos protocolos de mediação para operacionalizar mecanismos de conduta de interpretações legítimas. Desse modo, busca-se favorecer o exercício da cidadania e a emancipação humana, além de proporcionar a identificação e o combate a estruturas de poder opressivas.

Palavras-chave: subjetividade; censura; mediação; leitura.

Abstract

This research aims to examine the role of reading in the production of subjectivities and sociocultural relations throughout history, considering both its formative function and its mechanisms of control and silencing. The theoretical and methodological framework is grounded in Michel Foucault's archeogenealogy, particularly *The Order of Discourse* (1971) and *The Archaeology of Knowledge* (2005). Other works, such as *The Forms of Silence* (1995), are also mobilized to expand the discussion. The research corpus consists of the literary work *The Other Side of the Skin* (2021) by Jeferson Tenório, which is analyzed to discuss sensitive and controversial themes addressed in the novel. The methodological procedures are based on bibliographic and documentary research of a qualitative nature.

The results indicate the need to implement public policies that promote reading in a more democratic, reflective, and critical way, fostering both reading and research with the support of institutions, schools, families, and the State. Such initiatives should aim to expand access to reading and to establish mediation protocols that enable legitimate interpretative practices. In this way, the study contributes to citizenship and human emancipation, as well as to the identification and confrontation of oppressive power structures.

Keywords: subjectivity; censorship; mediation; Reading.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo investigar el papel de la lectura en la producción de subjetividades y en las relaciones socioculturales a lo largo de la historia, considerando tanto su función formativa como los mecanismos de control y silenciamento. La base teórico-metodológica se centra en la arqueogenealogía de Michel Foucault, en *El orden del discurso* (1971) y *Arqueología del saber* (2005). De manera complementaria, destaca la obra titulada *Las formas del silencio* (1995), de Eni Orlandi. El corpus de investigación está compuesto por el libro literario *El reverso de la piel* (2021), de Jeferson Tenório, cuyo análisis propicia una discusión sobre algunos temas delicados y polémicos abordados en su novela. Los procedimientos metodológicos se basan en una investigación bibliográfica y documental de naturaleza cualitativa. Los resultados del estudio apuntan a la necesidad de implementar políticas públicas de fomento de la lectura que sean más democráticas, reflexivas y críticas, aliadas a la investigación y con el apoyo de las instituciones, la escuela, la familia y el Estado. Estas acciones tienen como objetivo promover un mayor acceso a la lectura y a los protocolos de mediación para poner en práctica mecanismos de conducta de interpretaciones legítimas. De este modo, se busca favorecer el ejercicio de la ciudadanía y la emancipación humana, además de proporcionar la identificación y la lucha contra las estructuras de poder opresivas.

Palabras clave: subjetividad; censura; mediación; lectura.

Introdução

A leitura é umas das atividades mais antigas e fundamentais na produção de subjetividades; uma jornada que transcende as barreiras do tempo e do espaço. Desde os primeiros registros de escrita, nas paredes das cavernas, por exemplo, até os mais contemporâneos, em *e-books*, disponíveis em dispositivos eletrônicos, a leitura tem desempenhado um papel fundamental para a formação humana.

Diante disso, este artigo tem como principal objetivo analisar o papel da leitura na produção de subjetividades e nas relações socioculturais ao longo da história, considerando tanto sua função formadora quanto os mecanismos de controle e silenciamento. Para tanto, são apresentados alguns exemplos de livros proibidos, que compõem o chamado *Index Librorum Prohibitorum*, isto é, a lista de livros censurados pela igreja católica no século XVI, controlados pela Inquisição por serem considerados imorais e hereges, e, por isso, contrários à doutrina católica vigente naquela época. Para embasar a discussão foram selecionadas duas obras de Michel Foucault: *A Ordem do Discurso* (1971) e *Arqueologia do saber* (2005). Também foi usada a obra de Eni Orlandi, *As formas do silêncio* (1995), para contextualizar como o silêncio e o silenciamento produzem sentidos.

O objeto da pesquisa é a leitura e suas interfaces, a partir do corpus investigativo, constituído pelo polêmico livro de Jeferson Tenório, *O avesso da pele* (Tenório, 2021), que apresenta uma narrativa singular sobre o racismo estrutural no Brasil, com temáticas sensíveis, como discriminação, identidade cultural, relações familiares, entre outras.

A metodologia usada para o desenvolvimento da pesquisa pautou-se no levantamento bibliográfico e análise documental, de natureza qualitativa. Segundo Severino (2007, p. 122): “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”. A análise documental, por sua vez, foi baseada na obra literária *O avesso da pele*. Esse tipo de pesquisa caracteriza-se por “[...] tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 193).

A seguir, são apresentados alguns dados a respeito de uma breve cartografia sobre os repertórios de leitura historicamente regulares no Brasil.

Reflexões sobre leitura, poder e censura

Segundo dados do PISA¹ 2022: “O Brasil teve média de 410 pontos em leitura, inferior ao Chile (448) e Uruguai (430), mas superior à Argentina (401). A média brasileira é similar à da Colômbia (409) e Peru (408)” (Brasil, 2023). Essas informações evidenciam a realidade sobre a proficiência na leitura dos jovens alunos de 15 anos e entre os países que participam dessa avaliação: “Entre os estudantes brasileiros, 50% tiveram baixo desempenho (abaixo do nível 2)” (Brasil, 2023). Conforme os dados acima, pode-se perceber que o Brasil ainda está caminhando a passos lentos no quesito estímulo à cultura da leitura. Isso leva ao questionamento sobre o papel da família e da escola, bem como da sociedade como um todo para formação de um leitor crítico e reflexivo.

Em contrapartida, destacam-se, nesse cenário da leitura e da escrita, fatos históricos que marcaram a sociedade ocidental e que consequentemente influenciaram o contexto sociopolítico da sociedade, como a criminalização e o controle do que é publicado. A censura à palavra escrita, bem como a repressão de autores e leitores apontam como essas ações são justificadas por aqueles que detêm o poder. Esses indivíduos que possuem o poder, doravante opressores, alegam que tais medidas de controle são essenciais para manter a ordem e proteger a moral e os bons costumes de uma época. Além disso, eles se apresentam como “guardadores” de uma ordem ora subjacente a alguns.

Nesse sentido, a censura e repressão são frequentemente racionalizadas como necessárias para o bem comum. No entanto, questiona-se a legitimidade e a verdadeira motivação dessas justificativas, o que leva àquilo que Foucault aponta como a malha do discurso, em seu livro *A ordem do discurso*. Assim diz o autor:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (Foucault, 1971, p. 9).

¹ PISA é a sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Trata-se de uma prova, aplicada em 81 países, para avaliar o desempenho de alunos de 15 anos em matemática, leitura e ciências.

De acordo com Foucault (1971), podemos deduzir que o poder depende de mecanismos externos, que não estão no interior do discurso, e sim em estruturas de controle por ele apresentadas, como a interdição, a rejeição e a construção do verdadeiro vs. o falso. Essa discussão sobre as formas de interdição e exclusão no discurso aborda a regulação de quem pode ou não enunciar, restringindo a enunciação a valores e princípios sociais que sustentam um sistema de alienação. Esses princípios Foucault (1971) os descrevem como procedimentos de exclusão, entendidos como interdição, separação e rejeição. A oposição taxionômica entre razão e loucura emerge por meio dos discursos rejeitados, ao serem classificados como loucura, de acordo com a perspectiva iluminista do racionalismo filosófico.

Segundo Foucault (1971), essa classificação também permeia sociedades racionalistas, onde o discurso de quem é considerado louco é rejeitado e desautorizado, sendo qualificado como irracional. Em vez de uma proibição direta da fala, esses sujeitos são invisibilizados em prisões e manicômios, por meio da categorização dos sintomas da loucura. Já a oposição verdadeiro vs. falso, para o autor, limita-se à relação entre o que é considerado verdadeiro como um mecanismo de exclusão social, visto que a vontade de verdade delimita o discurso, com a loucura sendo construída discursivamente, como produção de verdade, efeito de saber que chancela como pode e deve ser o corpo louco. Ele também afirma que existem diversos procedimentos de controle e delimitação do discurso que atuam externamente, funcionando como sistemas de exclusão. Esses mecanismos afetam especialmente as partes do discurso relacionadas ao poder e ao desejo, invalidando o direito do outro. Dessa forma, tornam-se instrumentos de controle e manipulação, refletindo a dinâmica de poder vigente.

Em contrapartida, irrompem mecanismos internos que regulam e controlam o discurso em contraste com os mecanismos externos de exclusão, como a interdição e a segregação da loucura. Conforme Foucault (1971, p. 21):

Creio eu isolar outro grupo de procedimentos. Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso.

Esses procedimentos internos apresentam como os próprios discursos estabelecem regras e princípios internos para controlar o que pode ser dito; eles estabelecem como os discursos são classificados, ordenados e distribuídos dentro de um sistema de conhecimento. Isso significa que não é qualquer discurso que pode ser validado para manter a ordem, o controle e a coerência do discurso.

Essa discussão aponta para um fato importantíssimo na história da sociedade, que evidencia todo esse contexto do poder do discurso, visto que ele é construído social que pode variar amplamente entre diferentes culturas e épocas. Logo, o que é considerado normal ou verdadeiro em uma sociedade pode ser completamente diferente em outra. Por isso, o que é classificado como bem comum é atravessado por uma ordem do discurso cujo efeito é homogeneizante, atrelado à moralidade derivada do discurso cristão, que categoriza certas práticas discursivas conservadoras, por meio das vontades de verdade, como positivas e corretas. Esses construtos sociais são dinâmicos e estão em constante transformação, devido à influência de múltiplos fatores culturais, políticos e tecnológicos.

Mas o que a leitura tem a ver com isso? Como abordado anteriormente, a leitura sempre teve um papel importante na sociedade e as relações de poder que permeiam

essa prática despontam há séculos. Como dito anteriormente, a leitura sempre foi alvo de conspiração, proibição, censura e repreensão por parte daqueles que detêm o poder. Essa primeira abordagem aponta para o *Index Librorum Prohibitorum*, Índice dos livros proibidos que, segundo Silva (2022, p. 27), foi “[...] publicado primeiramente em 1559 sob ordens do Papa Paulo IV e modificado posteriormente pelo Concílio de Trento[...]”. Como é destacado por Burke (2003 *apud* Silva, 2022, p. 29),

[...] o índice tornou-se o sistema de censura mais famoso do período e, segundo ele, a melhor definição para o catálogo seria ‘anticatálogo’, pois seu teor era composto inteiramente de uma longa lista de títulos e leitores que eram considerados proibidos pela Igreja Católica.

Esse índice listava livros considerados heréticos, anticlericais ou lascivos, durante a Idade Média, refletindo os esforços da Igreja para controlar o conhecimento, proteger a fé cristã e reforçar o monopólio sociocultural da época, sobretudo após as guerras religiosas entre católicos e protestantes. Como é apontado por Júnior (1999, p. 161): “O clero não apenas justificava a guerra contra os inimigos terrenos do Cristianismo, e às vezes participava diretamente dela, como sobretudo era o encarregado de defender a sociedade contra os inimigos invisíveis”.

O Index e o controle do saber

Nesse contexto, foram emergindo vários índices de livros proibidos. As obras eram revisadas periodicamente e as que escapavam dos propósitos da igreja católica eram queimadas.



Figura 1 – Capa do livro *Index Librorum Prohibitorum* – 1564

Fonte: Jeanne Callegari (2019).

A priori, o *Index* incluía obras que se posicionavam contrariamente aos princípios católicos. Gradativamente, passou a incluir livros que criticavam a burguesia, que apresentavam teorias políticas inconvenientes ou questionavam a interpretação bíblica da Igreja. Como pode ser observado no vídeo (Index [...], 2023), “em meados do século 15, com a invenção da prensa móvel, feita por Gutenberg, os livros começaram a ser disseminados de uma maneira que a igreja não tinha visto ainda”. Embora o *Index* tenha sido abolido em 1966, pelo Papa Paulo VI, a igreja ainda assim, perpetuou formas de controle da leitura de obras consideradas “impuras” para os fiéis católicos.

Muitos desses livros eram de pensadores, literatos, poetas, políticos, filósofos clássicos entre outros, como observamos nos quadros dos livros proibidos pelo *Index* conforme demonstradas por Silva (2022).

Os quadros apresentados pela autora destacam diferentes casos de censura a obras literárias e filosóficas ao longo da história. Abaixo exibimos dois quadros que foram separados pelo conteúdo existentes neles.

No quadro 1 são descritos os livros que foram proibidos e no quadro 2 os livros cujo conteúdo fora alterado pela igreja católica. Em seguida foram feitos os comentários oriundos dos conteúdos existentes nas descrições apresentadas por Silva (2022, p. 33-35).

Autor	Obra	Motivo/ Justificativa
Jean-Jacques Rousseau	Do contrato social/ La nouvelle Héloïse	Questões morais, filosóficas, econômicas e religiosas.
John Milton	O paraíso perdido	Razões políticas.
Michel Montaigne	Os ensaios	Questões religiosas.
Montesquieu	Cartas persas	Conteúdo de teor filosófico.
Jean-Jacques Rousseau	Do contrato social/ La nouvelle Héloïse	Questões morais, filosóficas, econômicas e religiosas.
Gustave Flaubert	Madame Bovary	A obra foi proibida por abordar o adultério por parte da personagem principal.
Michel Montaigne	Os ensaios	Questões religiosas.
Philips van Limborch	A história da Inquisição	De um modo geral, desafiava e observava criticamente a rotina do Santo Ofício.
Montesquieu	Cartas persas	Conteúdo de teor filosófico.
Pierre Larousse	Grande dicionário universal do século XIX	Livro escrito em francês.
René Descartes	Todas as obras	A Igreja não tolerava o pensamento racional.
Victor Hugo	O corcunda de Notre-Dame/ Os miseráveis	Críticas ao governo; abordagem da desigualdade social e do amor considerado sensual.

Quadro 1 – Tipo de censura (livros proibidos)

Fonte: Adaptado de Silva (2022, p. 33).

Observa-se, no Quadro 1, que ao longo da história a censura literária e filosófica desempenhou um papel determinante na limitação da liberdade de expressão e na manutenção da ordem social, política e religiosa da época. Obras de autores como Jean-Jacques Rousseau e René Descartes, por exemplo, foram proibidas por constituírem ideias que desafiavam valores estabelecidos e com isso questionavam a autoridade das instituições vigentes. Isso evidencia a força transformadora que a palavra

escrita possuía e ainda possui nos dias de hoje, pois ela tem o poder de promover reflexões e mudanças de paradigmas.

Na literatura destacam-se as obras *O corcunda de Notre-Dame* e *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, e *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert. A primeira obra de Victor Hugo fora proibida por tecer críticas ao governo, a demonstrar a divisão de classes, o preconceito e a exclusão. A segunda, além de conter o mesmo conteúdo social, também foi proibida por abordar a desigualdade social e o amor considerado sensual. Já a obra de Flaubert foi proibida por abordar o adultério por parte da personagem principal, Emma Bovary.

Esses são alguns exemplos de que a censura não se restringia a um único motivo, mas abrangia desde questões morais até preocupações políticas e sobretudo as de cunho filosófico e ideológico.

O Quadro 2 mostra obras que tiveram seu conteúdo alterado por apresentarem uma forte influência ideológica e moral exercida sobre a produção literária e intelectual em diferentes períodos históricos.

Autor	Obra	Motivo/ Justificativa
Niccolò Franco	Os Diálogos Piacevoli	Motivo desconhecido. O autor foi preso por difamar autoridades e por conteúdos considerados anti-religiosos; após ser liberado, acabou enforcado por ordem papal.
Ortensio Lando	As Paradojas	Fizeram alterações no texto original devido ao seu conteúdo de significado político, social e religioso.
Matteo Bandello	As Novelle	Conteúdo considerado erótico e moralmente inaceitável; grande parte reescrita ou suprimida.
Giovanni Boccaccio	Decameron	Falar mal, ou de forma escandalosa, de padres, frades, abades, abadessas, bispos ou outras coisas sagradas.
Ortensio Lando	As Paradojas	Conteúdo politicamente e religiosamente subversivo; texto modificado.
Torquato Tasso	Jerusalém	O próprio autor se denunciou à Inquisição e reescreveu sua obra, eliminando tudo o que não fosse autenticamente católico.

Quadro 2 – Tipo de censura

Fonte: Silva (2022, p. 34-35) (editado pela autora).

Observa-se principalmente as dos escritores como Niccolò Franco, Ortensio Lando e Matteo Bandello e *Diálogos Piacevoli* que sofreram intervenções diretas em suas obras, e por isso foram modificadas por abordarem temas considerados perigosos para a moral, a religião ou a política. Este último autor foi levado à prisão e, posteriormente, à execução. Já *As Paradojas*, de Lando, e *As Novelle*, de Bandello, tiveram trechos reescritos ou suprimidos por apresentarem ideias subversivas e passagens de teor erótico. Da mesma forma, *Decameron*, de Giovanni Boccaccio, foi alterado por satirizar figuras religiosas e expor comportamentos considerados lascivos, enquanto Torquato Tasso, em *Jerusalém*, revisou sua própria obra para adequá-la às exigências da Inquisição. É válido ressaltar que paradoxalmente, essas ações de censura e repressão contribuíram para disseminar a importância da liberdade intelectual e o valor da literatura como meio de resistência e emancipação do pensamento humano.

Como observado nas tabelas descritas por Silva (2022), e alterada pelas autoras desse artigo, algumas das obras tinham seu conteúdo alterado, mas em sua maioria eram censuradas e não podiam ser publicadas. Eram obras que abordavam, em grande parte, conteúdos que faziam alusões e referências à Igreja católica, sendo, pois, considerados hereges. Também havia obras com significados políticos, sociais,

filosóficos, críticas religiosas, pensamento racional, feitiçaria, conteúdo sensual e desigualdade social.

Essas obras passavam por minuciosas análises e, conforme Silva (2022, p. 30), eram avaliadas de acordo com um “conjunto de regras contém um total de dez normas e princípios que deveriam, em teoria, servir como guia durante as fiscalizações”.

Mas o controle à leitura de livros proibidos pela igreja católica não estava mais sendo possível, devido à expansão da prensa por meio de Gutenberg, como dito anteriormente. Por isso, havia a proibição da leitura das obras selecionadas pelo clero, pois a imprensa difundia temáticas diversas, desalinhadas da ordem cristã. Muitos desses livros tratavam de temas universais e importantes para a história da humanidade.

Nesse viés, destaca-se o que Foucault (2005, p. 08) preconiza sobre as categorias de documento e de monumento:

[...] a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.

Percebemos, então, que, apesar de haver mudanças paradigmáticas, algo se preserva, mas com outros formatos e outras percepções sobre a mesma narrativa. Tem-se, então, uma abordagem mais analítica e detalhada, similar à arqueologia, abordada por Foucault (2005), tratando, assim, os documentos por meio de um retorno à história para compreender a ordem das conservações enunciativas que mantêm certas temáticas, objetos e organização enunciativa semelhantes.

Foucault (1971, p. 24) descreve que “[...] na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor, era na Idade Média, indispensável, pois era um indicador de verdade. Uma proposição era considerada como recebendo de seu autor seu valor científico”. Mas esse valor dado ao autor foi se modificando e enfraquecendo ao longo dos séculos, sendo substituído por teorias. Isso demonstra o poder que o discurso tem em uma sociedade, em determinados períodos da história, visto que ela não é estática, mas está em constante transformação. Sendo assim a “[...] relação que não cessa de se modificar através do tempo; relação que toma em uma época dada formas múltiplas e divergentes” Foucault (1971, p. 27). Em outras palavras, é possível afirmar que a história muda continuamente, à medida que o tempo passa, adaptando-se a novas circunstâncias e contextos, podendo assumir diversas formas a depender das condições de produção dada a cada período e a cada sujeito.

Vale ressaltar ainda que as condições de produção e circulação de um material historicamente legitimado e validado ultrapassa as barreiras do tempo. Para Denipoti e Fonseca (2011, p. 139), “[...] a censura está vinculada ao controle do comportamento e ao fato de renunciar à leitura de certos textos, e mesmo destruí-los, significa abandonar as práticas e os comportamentos que os livros refletem, sustentam e mesmo engendram”.

Por esse viés, percebemos que a censura se atrela ao tabu do objeto, ao sistema de restrições que são da ordem da História, permitindo a circulação ou a interdição de certos enunciados, sobretudo em regimes autoritários, em que há restrições da liberdade de expressão e opinião, formas de poder que impedem práticas reflexivas acerca da leitura, por exemplo.

Reimão (2014) postula discussões pertinentes à censura e aos mecanismos usados pela lei vigente no Brasil, propiciando um impacto na produção cultural do país: “Entre os anos 1964 e 1968, isto é, entre o golpe militar de 1964 e a decretação

do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física” Reimão (2014, p. 75)

Nessa perspectiva, Reimão (2014) apresenta uma vasta pesquisa e lista uma série de livros que foram proibidos de circular durante o regime militar de 1964, no Brasil. São publicações de revistas, jornais, livros, filmes, músicas, peças teatrais, telenovelas e sobretudo de livros não ficcionais, pois estes eram de cunho sócio-político. Por clivarem subjetivamente a população brasileira, em prol do escape do escamoteamento da democracia, havia perseguições aos cidadãos militantes, que panfletavam produções de subjetivação cuja adesão proporcionaria um efeito de liberdade e de homogeneidade em favor da cidadania e da liberdade de expressão.

Por outro lado, essa vasta produção apresentada por Reimão (2014), em seu artigo, aponta um fator preponderante para a produção cultural artística e literária: a resistência à censura, que fora desenvolvida por vários escritores de renome em nossa literatura brasileira, como Jorge Amado, Érico Veríssimo, entre outros.

Nesse viés, notamos que esses aspectos decorrem de fatores históricos e sociais. Como Fernandes (2012, p. 24) destaca:

[...] o discurso apresenta-se relevante para se compreender as mudanças históricos e sociais que possibilitam a combinação de diferentes discursos em certas condições sociais específicas, resultando na produção de outros discursos. O aspecto histórico decorre da transformação social entre sujeitos e grupos de sujeitos como um movimento ininterrupto e descontínuo na linha do tempo, que conduz para a constituição de outros sujeitos e outros grupos sociais, bem como para a formação de novos discursos. A história determina a natureza dos processos de produção do discurso, também chamado de prática discursiva. Na dimensão prática social, o discurso, ao ser produzido e interpretado, constitui uma ação social em um contexto situacional, historicamente determinado [...].

Observa-se, então, que tanto a história como o contexto social cumprem um papel crucial na definição das práticas discursivas, tornando a produção de discurso uma ação social situada em um contexto histórico específico. Assim, entender, descrever e analisar os discursos é compreender como funcionam os exercícios de poder; envolve reconhecer as condições históricas e sociais que os moldam, destacando a interdependência entre discurso, sujeito, história e prática social.

Essas relações de poder nas dinâmicas sociais são perceptíveis em Foucault (1995, p. 244), quando diz: “O poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’” – entendendo-se por isso sujeitos [...] que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer”.

Sobre essa compreensão de sujeito, Foucault (1995 p. 235) afirma:

É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, [sujeito] preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.

Esse arsenal de ideias sobre o sujeito, destaca-se a concepção que o descreve como um ser cujo efeito parece ser livre e autônomo, capaz de autoformação. No entanto, há condições de existência para todo e qualquer sujeito, impelidas e incididas pelas influências do binômio saber-poder. O sujeito, entretanto, não é totalmente subjugado, assujeitado por meio de saberes que circulam, pois não são homogêneos; por meio mesmo dos saberes, ele tem o poder de resistir, de lutar e de refletir, transformar a si mesmo e, por conseguinte, a sociedade.

Partindo desses pressupostos acerca do sujeito e do poder, Orlandi (1995, p. 13) postula que “[...] a censura, vista aqui por nós não como um dado que tem sede na consciência (proibido), mas como um fato produzido pela história, é o lugar do sujeito no discurso”. A autora aborda ainda sobre o silêncio, entendido como uma ferramenta discursiva que pode ser analisada em diversos contextos, oferecendo uma perspectiva reflexiva sobre as diferentes camadas de significados presentes na e pela linguagem. Para Orlandi (1995, p.13) “quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio “fala” por elas; elas silenciam. As palavras são cheias de sentidos [...]”.

Partindo da concepção de sujeito discursivo e de como é considerada a censura nas relações de poder, Orlandi (1995, p. 13) descreve o seguinte:

[...] chega a nos fazer compreender de modo interessante o que é, por exemplo, censura, vista aqui. Por nós não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de um sentido (proibido), mas como fato produzido pela história. Pensada através da noção de silêncio, como veremos, a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos.

Em complemento, afirmou: “O silêncio não é diretamente observável e, no entanto, ele não é o vazio, mesmo do ponto de vista da percepção: nós o sentimos, ele está “lá” (no sorriso da Gioconda, no amarelo de Van Gogh, nas grandes extensões, nas pausas)” (Orlandi, 1995, p. 45). Esses exemplos ilustram como o silêncio pode ser uma parte integral e expressiva de diferentes contextos e experiências sensoriais. O silêncio pode ainda dizer outras minúcias, ausência na presença, como vozes veladas e marginalizadas, segregadas e destoantes de um sistema opressor, que silencia vozes de sujeitos em condições de vulnerabilidade social devido à inscrição em raça, gênero e classe menosprezados historicamente.

Partindo desses pressupostos encontramos, no livro *O Avesso da Pele* (2021), de Tenório, temas bastantes sensíveis e polêmicos, como racismo estrutural, discriminação de classe, violência policial, relações familiares, educação como resistência e luta por igualdade de direitos, além de questões de identidade racial. A obra se destaca no contexto de censura, repressão e silenciamento, trazendo uma reflexão profunda sobre essas problemáticas. Esse livro é um dos que foram censurados por governos neoliberais, por expor realidades e temas de discussões sensíveis existentes em nossa sociedade, como sexualidade e preconceito e ideologias excludentes. Ao problematizar raça e classe, a obra permite a visibilidade e a espetacularização da insensibilidade, da desumanização e das assimetrias que escapam dos direitos humanos universais. Por ter engajamento social, direcionado ao cuidado com sujeitos segregados socialmente, esse livro paradigmático, numa comunidade escolar, apresenta o viés subjetivo cruel a que são submetidos seres humanos devido a saberes que circulam legitimamente por meio de poderes capazes de regularmente fomentar a separação e a redistribuição de corpos por serem julgados inferiores por sua cor e

condição financeira deficitária. Isso se confirma no trecho da narrativa em que Pedro, o protagonista da obra, compreende as práticas enunciativas racistas por meio das memórias e cartas de seu pai Henrique, professor de literatura e negro. Nelas, seu pai relata sua luta diária contra o racismo estrutural, no dia em que fora apresentado à família de sua namorada Juliana, que era branca Tenório (2021, p. 21):

Acontece que, em pouco tempo, você não só passou a ser o negão da família, como também passou a ser uma espécie de pára-raios de todas as imagens estereotipadas sobre os negros: pois disseram que você era mais resistente à dor, disseram que a pele negra custa envelhecer, que você deveria saber sambar [...], gostar de pagode [...], jogar bem futebol, que os negros são bons em atletismo. Você não corre? Que negros são ruins como nadadores, já viu algum negro ganhar medalha olímpica na natação? Agora olhem lá nas corridas. Vocês ganham tudo. É porque desde cedo aprendem a correr dos leões na África, não vem como aqueles quenianos sempre ganham a São silvestre?

Nesse excerto do livro de Tenório, identifica-se o racismo estrutural presente na família de Juliana, sua namorada, como se a cor da pele definisse resistência à dor, destreza em esportes, como futebol e atletismo, e propensão à capacidade de sambar, assim como à afeição a certos estilos musicais, como o pagode, estigmatizado por ser consumido por um público que se adere a esse estilo musical por ser vulnerável socialmente. Esse fragmento demonstra também a dificuldade de construção da autoestima e da identidade negra numa dimensão social hostil, estigmatizada e preconceituosa.

Em outra passagem do livro, pode-se observar o discurso que causou polêmica e retaliações quanto à circulação da obra: a passagem em que o personagem descreve como era o relacionamento íntimo entre Henrique e Juliana, como eles se conheceram e a suas produções de subjetividade a respeito do preconceito racial. Eis o que se observa no seguinte trecho: “Foi com Juliana que você começou a desconfiar da sua situação como homem negro no sul do país [...], pois uma branquinha daquelas com um neguinho desses, ah, ah, não, não podia ser” Tenório (2021, p. 28).

Mais adiante, em outra citação sobre a perspectiva subjetiva e a curiosidade que suas primas tinham sobre a sexualidade do homem negro devido aos estereótipos de objetificação sexual desse corpo negro, como acontecimento de longa data, emerge a seguinte problematização, na mesma esteira discursiva: “[...] e como ele é? Tem pegada mesmo, como dizem dos negros? E o pau dele? É grande? É verdade que eles são insaciáveis? Qual o cheiro dele? Juliana ficava incomodada mesmo querendo parecer natural”.

O excerto destacado é bastante significativo do ponto de vista do preconceito estrutural existente em nossa sociedade, pois ocorre uma redução do valor positivo do corpo negro à escravidão sexual, neocolonialismo que apaga a importância do caráter, da inteligência, dos afetos e das sensibilidades da raça negra, sofrimento do corpo-espécie negro, cujo efeito de homogeneização é metonimicamente representado por Pedro, personagem estigmatizado nesse fragmento da narrativa.

O romance é repleto de enunciados que reverberam a formação discursiva racista, conservada em enunciados sobre a qualidade da performance sexual do corpo negro, organicamente especial por exalar feromônio específico, ter um órgão sexual avantajado, fetiche sexual historicamente valorizado para gerar maior prazer feminino. Ou seja, há uma episteme, um conjunto de saberes que circula por meio de vontade de verdade, proporcionando a legitimação do corpo negro particularmente à melhor efetivação sexual, devido a características fisiológicas, fisionomia que reitera o

detalhamento da gestualidade biológica do corpo negro disciplinado pela anátomo-política do corpo para ser objeto sexual e nada mais. Essa é a condição humana dos corpos negros, que vivenciam discursivamente práticas discriminatórias e excludentes em nossa sociedade.

Na perspectiva foucaultiana, toda essa questão se insere em redes discursivas que produzem sentidos sobre identidade, raça e poder. Por fim, percebe-se que, historicamente, a leitura e, por conseguinte, a escrita sempre foram alvos de vigilância e repressão por parte dos regimes autoritários. Isso leva a refletir sobre o seguinte: como é possível conduzir o caráter político às leituras nas escolas? Realmente há conhecimento considerado proibido, especialmente se tiver caráter pedagógico de ressignificação das assimetrias sociais regularmente enunciadas a respeito de raça, gênero e classe? Essas questões permeiam o cenário educacional no tocante ao poder transformador que a leitura proporciona ao sujeito.

Considerações finais

Essa pesquisa demonstrou, por meio da cartografia dos contextos históricos de censura livresca, como a leitura possui um poder transformador, tanto na produção de subjetividades quanto nas relações socioculturais, influenciando e sendo influenciada pelas dinâmicas de poder em diferentes contextos históricos.

Para a descrição e a análise dos dados da investigação, foram realizadas discussões acerca de obras de autores como Michel Foucault e Eni Orlandi, permitindo explorar como o discurso e o silêncio moldam o conhecimento, controlam o poder e produzem sentidos. A censura, exemplificada pelo contexto do *Index Librorum Prohibitorum* e pelas discussões dos artigos sobre a censura de práticas repressivas durante a ditadura militar brasileira, demonstram a perpetuação dos mecanismos de controle e as formas de governamentalidade, do acesso ao conhecimento e à expressão, refletindo os mecanismos de poder que buscam manter a ordem estabelecida.

O romance *O Avesso da Pele*, de Jeferson Tenório, ilustra de maneira contundente como essas dinâmicas de poder e silenciamento se manifestam na vida cotidiana, particularmente por meio da formação discursiva racista existente no Brasil. A resistência a essas formas de opressão expressa, por meio da literatura e da leitura crítica, um fundamental movimento para conscientização e transformação social.

Assim sendo, a leitura não deve ser vista apenas como uma atividade passiva, mas como um ato de resistência e transformação, pois fomenta reflexões de forma crítica, questionando normas pré-estabelecidas. Contribui para a formação de sujeitos capazes de desafiar as estruturas de poder opressivas e promover mudanças sociais significativas. Como destaca Freire (1997, p. 30): “A leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através da nossa prática consciente”. Em contextos históricos cuja censura e repressão ainda existem, a leitura permanece como uma ferramenta essencial para a liberdade e efeito de emancipação humana, por meio da dissidência, da insurgência aos discursos normalizantes, como o racista.

Portanto, espera-se que as discussões presentes nesse artigo permitam protagonizar a importância de obras que resistem aos discursos dominantes, eurocêntricos. Destaca-se que o enfoque na leitura e em suas interfaces como objeto de pesquisa é pertinente não apenas para o campo acadêmico, mas também para a sociedade, ao buscar compreender e valorizar a leitura como um ato político e, portanto, fundamental para o desenvolvimento humano e social. Para tanto, enfatiza-se o papel crucial das

instituições educacionais e sociais para fomentar as políticas públicas que valorizem o acesso à leitura. Ao reforçar a necessidade de uma política democrática e de um compromisso coletivo em prol da leitura, pavimenta-se o caminho para uma sociedade mais justa, crítica e inovadora.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. *Divulgados os resultados do Pisa 2022*: Programa avalia conhecimento e habilidades de estudantes de 15 anos, em matemática, leitura e ciências. Médias brasileiras não tiveram alterações significativas em relação a 2018. [S. l.], 5 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/divulgados-os-resultados-do-pisa-2022>. Acesso em: 18 maio 2024.

DENIPOTI C.; FONSECA C. T. N. L. Censura e mercê: os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-154, jul.-dez. 2011. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/324>. Acesso em: 14 out. 2025.

FERNANDES, C. A. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1971.

FOUCAULT, M. As formações discursivas. In: FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 35-45.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

INDEX Librorum Prohibitorum, o Índice dos Livros Proibidos. [S. l.: s. n.]. 2020. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal Quixotada Seu programa de literatura. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U_RYyy670rA. Acesso em: 1 jun. 2024.

INDEX Librorum Prohibitorum. . [S. l.: s. n.]. 2023. 1 vídeo (9min). Publicado pelo canal Vogalizando a História. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UsrAvrMc_DI&t=313s. Acesso em: 1 jun. 2024.

JUNIOR, Hilário Franco. *A Idade Média e o nascimento do ocidente*. Brasiliense, 1986.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, A. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

REIMÃO, S. *Proíbo a publicação e circulação: censura a livros na ditadura militar*. Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, n. 80, abr. 2014.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. C. F. *O índice de livros proibidos: uma análise do Index como modelo de censura*. 2022. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/240594/001142872.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 set. 2024.

TENÓRIO, J. *O avesso da pele*. Vitória, ES: Logos, 2021.